



Fundação Educacional do Município de Assis
Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis
Campus "José Santilli Sobrinho"

LUIZ FELIPE ANDRADE ANASTACIO DA SILVA

**INTEGRAÇÃO ECONÔMICA: UNIÃO EUROPEIA, MERCOSUL E
SUAS RELAÇÕES**

Assis

2011

Av. Getúlio Vargas, 1200 – Vila Nova Santana – Assis – SP – 19807-634

Fone/Fax: (0XX18) 3302 1055 homepage: www.fema.edu.br

LUIZ FELIPE ANDRADE ANASTACIO DA SILVA

INTEGRAÇÃO ECONÔMICA: UNIÃO EUROPÉIA, MERCOSUL E SUAS RELAÇÕES

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Instituto
Municipal de Ensino Superior de
Assis, como requisito do Curso
de Graduação.

Orientador: Prof. Ms. Eduardo Augusto Vella Gonçalves

Área de Concentração: _____

Assis

2011

FICHA CATALOGRÁFICA

SILVA, Luiz Felipe Andrade Anastacio

Integração Econômica: União Européia, Mercosul e suas Relações/ Luiz Felipe Andrade Anastacio da Silva. Fundação Educacional do Município de Assis - FEMA - Assis, 2011.

47p.

Orientador: Prof. Ms.Eduardo Augusto Vella Gonçalves.

Trabalho de Conclusão de Curso – Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – IMESA.

1. Integração Econômica Regional. 2. União Européia.

3. Mercosul

CDD: 658

Biblioteca da FEMA.

INTEGRAÇÃO ECONÔMICA: UNIÃO EUROPÉIA, MERCOSUL E SUAS RELAÇÕES

LUIZ FELIPE ANDRADE ANASTACIO DA SILVA

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Instituto
Municipal de Ensino Superior de
Assis, como requisito do Curso
de Graduação, analisado pela
seguinte comissão examinadora:

Orientador: Prof. Ms. Eduardo Augusto Vella Gonçalves

Analizador: _____

Assis

2011

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos que, de maneira direta ou indireta, contribuíram para que a obtenção dos resultados ora apresentados.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus pais, que com esforço contribuíram para que este momento torna-se realidade.

Ao professor Eduardo Vella, pela orientação e pelo apoio fornecido para que este trabalho fosse concluído.

E por último a todos que contribuíram, seja com idéias ou com discussões construtivas.

O amor próprio é o instrumento da nossa conservação.

Voltaire

RESUMO

Este trabalho descreve como funciona os processos de integração econômica regional, detalha a formação e evolução da União Européia e do Mercosul, apresenta como é a relação comercial entre os dois blocos e quais são os problemas que interferem na intensificação das relações comerciais.

Palavras chave: Integração Econômica Regional; União Européia; Mercosul.

ABSTRACT

This paper describes how the processes of regional economic integration, details the formation and evolution of the European Union and Mercosur, shows how the commercial relationship between the two blocs and what are the problems that interfere with the intensification of trade relations.

Keywords: Regional Economic Integration; European Union; Mercosur.

RESUMEN

Este documento describe cómo los procesos de integración económica regional de la formación y evolución de la Unión Europea y el Mercosur, muestra cómo la relación comercial entre los dos bloques y cuáles son los problemas que interfieren con la intensificación de las relaciones comerciales.

Palabras clave: la integración económica regional, la Unión Europea, el Mercosur.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Calendário de reduções proposto pelo Mercosul, por categoria de produtos.....	42
TABELA 2 - Quantidade de produtos por categoria	42

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
2. CONCEITO DE INTEGRAÇÃO ECONÔMICA.....	15
3. HISTÓRIA	19
3.1. O MOVIMENTO PAN-EUROPEU	19
3.2. UNIÃO EUROPÉIA E A CRISE DE 1929.....	20
3.3. SEGUNDA GUERRA MUNDIAL	21
3.4. BENELUX.....	22
3.5. COMUNIDADE EUROPEIA DO CARVÃO E DO AÇO - CECA	22
3.6. COMUNIDADE ECONÔMICA EUROPEIA (CEE) E COMUNIDADE ECONÔMICA EUROPEIA DE ENERGIA ÂTOMICA (CEEA)	23
3.7.O TRATADO DE ROMA	24
3.8. TRATADO DE MAASTRICHT	24
3.9. A IMPLEMENTAÇÃO DA MOEDA ÚNICA.....	25
4. TRATADOS DA UNIÃO EUROPÉIA.....	28
4.1. TRATADO CECA (COMUNIDADE EUROPÉIA DE CARVÃO E AÇO) ...	28
4.2. TRATADO DE ROMA.....	29
4.2.1. Instituição da CEE (Comunidade Econômica Européia)	30
4.2.2. Instituição da Euratom (Comunidade Européia de Energia Atômica)	30
4.3. ATO ÚNICO EUROPEU	31
4.4. TRATADO DE MAASTRICHT	32
4.5. TRATADO DE AMSTERDÃ.....	33
4.6. TRATADO DE NICE	33

5. A UNIÃO EUROPÉIA E SUAS RELAÇÕES COM O MERCOSUL..	35
5.1. ALALC (ASSOCIAÇÃO LATINO AMERICANA DE LIVRE COMÉRCIO)	35
5.2. ALADI (ASSOCIAÇÃO LATINO AMERICANA DE INTEGRAÇÃO).....	37
5.3. MERCOSUL (MERCADO COMUM DO SUL)	38
5.4. AS RELAÇÕES E OS PROBLEMAS ENTRE A UNIÃO EUROPEIA E O MERCOSUL	40
CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
REFERÊNCIAS.....	47

1. INTRODUÇÃO

O trabalho que se segue apresenta informações sobre o processo de integração econômica regional, muito comum nos dias atuais como ferramenta de promoção e desenvolvimento de países de uma determinada região. Visa também deixar claro como os blocos evoluem, para isso estudamos detalhadamente a evolução histórica da União Europeia, atualmente o caso de maior sucesso na área.

Outro aspecto tratado neste trabalho é a relação de países em desenvolvimento (Mercosul) e países desenvolvidos (União Europeia) como blocos econômicos. Com isso o trabalho visa avaliar o quão vantajoso pode ser a relação comercial entre países de diferentes regiões e com diferentes níveis de desenvolvimento.

O trabalho foi dividido em quatro capítulos, o primeiro trata de conceituar os tipos de integração econômica e os níveis de evolução, o segundo mostra a evolução histórica da União Europeia do período pós guerra até a criação do Euro, o terceiro capítulo trata dos tratados da União Europeia e mostra que conforme a sociedade evolui novas medidas devem ser tomadas no âmbito da União Europeia, o quarto e último capítulo aborda questões ligadas a formação de um bloco econômico na América Latina mais precisamente da ALALC ao Mercosul, mostra como são as relações do bloco Latino-americano com a União Europeia e quais são os problemas que envolvem esta relação.

2. CONCEITO DE INTEGRAÇÃO ECONÔMICA

Entende-se por Integração Econômica o agrupamento de países formando blocos econômicos por meio de tratados onde são estabelecidos objetivos que devem ser atingidos no decorrer dos anos. Normalmente estes agrupamentos de países objetivam atingir certo nível de integração econômica, porém alguns especialistas dizem que mesmo com a fixação de certo nível, aquele determinado bloco econômico sempre analisará a possibilidade de expansão do mesmo, atingindo assim níveis superiores aos fixados no início do tratado.

A respeito da possibilidade de um bloco econômico não parar em determinado nível de integração Nakada (2002, p. 46) destaca que:

...na prática deverá ser difícil deter um processo de integração num determinado estágio. A integração terá uma dinâmica inerente na qual impulsionará os países para além da pretensão inicial, particularmente onde são analisadas formas mais “elevadas” de integração. No caso do Mercosul, o último estágio previsto no tratado de Assunção é o mercado comum. Entretanto, não deverá ser descartada a possibilidade de vir a atingir o estágio da integração econômica total com a implantação de uma união monetária.

Se buscarmos hoje publicações sobre processos de integração econômica, constataremos que em vários trabalhos elas são divididas em três tipos, sendo elas: integração nacional, integração econômica internacional (Regional) e integração econômica mundial.

Na integração nacional são abordadas as fronteiras dos Estados Federais de uma nação.

Na integração econômica mundial o fenômeno globalização é fundamental para o entendimento do desenvolvimento das relações econômicas das nações, onde se observa a

busca por mercados além das fronteiras nacionais e as trocas de tecnologia entre os países que se interagem.

A análise da integração econômica regional é a mais importante para este trabalho, pois o mesmo busca estudar a formação da atual União Europeia desde o início. A integração econômica regional tem como característica a junção de países com objetivos em comum, onde buscam aumento de produtividade, aumento de bem estar social, ampliação de mercado e no caso da União Europeia foi utilizada como meio de pacificação entre os membros que lutavam de lados opostos durante as duas guerras.

Como exemplo de integração econômica regional, podemos destacar o Mercosul, União Europeia e Nafta, que representam América do Sul, Europa e América do Norte respectivamente. Logo vemos que a proximidade geográfica é a principal característica da composição dos blocos regionais, tendo assim não só objetivos em comum como também uma posição geográfica, o que pode favorecer ainda mais na formação, pois estes países podem se defender economicamente e comercialmente.

Ainda sobre a integração econômica, Machado (2000, p. 19) diz:

A integração econômica pode ser definida como o processo de eliminação de fronteiras e barreiras de natureza econômica entre dois ou mais países (=mercados). As fronteiras econômicas estabelecem obstáculos aos fluxos de mercadorias, serviços e fatores de produção entre países, o que significa que as condições de produção, a regulação local e outros elementos internos operam em geral como os principais determinantes dos preços das mercadorias, serviços e fatores no âmbito do mercado nacional. Neste sentido, é possível afirmar que o objetivo primordial dos processos de integração consiste na criação de mercados maiores, tomando como base a sugestão clássica de que os mercados maiores operam de forma mais eficiente do que os menores.

Os níveis de integração econômica são divididos em cinco, ao analisarmos constatamos que vão do mais simples ao mais complexo grau de relação internacional.

Conforme Nakada (2002, p.44) os cinco níveis de integração são:

a) Área de Livre Comércio (ALC)

A ALC descreve a situação na qual todas as barreiras para o comércio de bens e serviços entre os países participantes são eliminados. Os consumidores terão acesso a fonte de suprimentos a custos menores através da área como um todo e, como resultado, serão beneficiados pelo bem-estar econômico ganhos pelo comércio. Apesar de não ser necessário que os membros da ALC harmonizem suas políticas comerciais frente aos países não membros, os postos de alfândegas intra-área deverão ser mantidos para evitar o desvio de comércio. Desvio de comércio ocorre quando um não-membro da ALC consegue driblar restrições de importações impostas por um país da ALC exportando para este país via outro membro da ALC onde existe um regime tarifário de importação extra-bloco menor. Postos de fronteira propiciam a oportunidade para assegurar que os bens que entram num país da ALC proveniente do outro, tenha de fato a sua origem no país parceiro.

b) União Aduaneira (UA)

A UA é equivalente à ALC mas além disso proporciona a introdução da política comercial comum (PCC) em relação aos países não-membros. Desta forma, o problema do desvio de comércio é solucionado na UA, pois bens e serviços importados para a UA encontram condições idênticas de entrada, seja qual for o país pelo qual estes venham a entrar na área. Na ausência de ocorrer o desvio de comércio, desaparece o sentido econômico dos postos alfandegários de fronteira com o estabelecimento da UA. Como o elemento central dentro da política comercial do país é a sua tarifa externa, o primeiro passo para à UA é o estabelecimento da tarifa externa comum (TEC). Posteriormente, a atenção se volta para harmonizar todas as outras (não-tarifárias) medidas da política comercial internacional, como os regulamentos sanitários e de segurança, obstáculos burocráticos para o comércio, restrições de exportações voluntárias, e assim por diante. A experiência mostra que este estágio posterior é extremamente difícil de ser alcançado.

c) Mercado Comum (MC)

O MC constitui a UA com a condição e ser efetivado a livre circulação do trabalho e o capital. Com a criação do MC, portanto, são estabelecidas as “quatro liberdades” – *i.e.* a livre circulação de bens, serviços, capital e trabalho. O MC é algumas vezes descrito como uma área na qual é a integração entre o produto nacional e os fatores de mercado dos países-membros.

d) União Econômica

A união econômica vai além do MC na medida em que este envolve o estágio de harmonização da política econômica nacional entre Estados-membros pela necessidade de expansão visando o funcionamento adequado do MC. A distinção apresentada entre o MC e a união econômica é muito sutil, e envolve as consequências da política econômica nacional associado com a união econômica na qual não são patentes quando se constitui o MC. Como Jacques Pelkmans (1980) apontou, os primeiros três estágios de integração assume implicitamente que não há papel para o governo. A integração prossegue através da liberalização de mercado – que é através da desistência do governo de práticas onde discriminam as importações dos países parceiros somente na base da nacionalidade. Esta fase se refere tipicamente à integração “negativa”. Entretanto, quando nos tornamos uma união econômica, repentinamente somos confrontados com uma vasta gama de políticas econômicas criadas e implementadas pelos

governos, muitos dos quais, pela sua natureza, constituindo obstáculos ao comércio. Estas políticas deverão ser harmonizadas para serem viabilizadas as quatro liberdades, levando-se em conta que estas políticas por si só refletem a má vontade do governo em aceitar o resultado gerado pela operação desvinculada da força de mercado. Este é o mais complicado estágio denominado de integração “positiva”.

e) Integração Econômica Total

Neste estágio final de integração, as economias nacionais unem-se efetivamente com o outro para ser suplantada por uma economia unificada. Todas as matérias envolvidas são relativas à política econômica – incluindo as políticas fiscais e monetárias – sendo conduzidas por uma autoridade supranacional, embora parte significativa da autonomia política poderá ser retida em níveis reduzidos na hierarquia do governo nacional. A literatura sobre o federalismo fiscal cita critérios para o acordo de políticas econômicas nos diversos níveis da estrutura governamental. A área é como a União Aduaneira, onde circula uma moeda única e todos os aspectos da política monetária são conduzidos por um Banco Central Comum.

Vale frisar que os países que decidem por firmarem um tratado de integração não devem necessariamente começar do primeiro nível, pode-se optar por adotar qualquer um dos níveis de integração acima citados.

Em relação a afirmação mencionada acima Auxiliadora (2000, p. 226) diz, “Na prática, a formação de um bloco se dá de acordo com as conveniências dos países envolvidos, podendo ser iniciada em qualquer uma das etapas...”

3. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA UNIÃO EUROPÉIA

A integração entre povos é uma prática antiga no continente europeu, vem sendo empregada a mais de 300 anos, quando tal integração era feita pela dominação de uma nação sobre outra.

No século XX com a explosão de duas guerras mundiais está prática se intensificou, porém com um objetivo pacifista, onde o foco seria a cooperação para a reconstrução das economias europeias.

No período pós primeira guerra mundial algumas manifestações tiveram sua importância para que fosse formada a atual união europeia, nas próximas subseções veremos quais foram esses movimentos e como chegaram a formação da atual União Europeia.

3.1. O MOVIMENTO PAN-EUROPEU

A construção de uma paz duradoura no continente europeu por meio de tratados, tem seu primeiro relato nos anos 20, com a aprovação do manifesto Pan-Europeu em Viena. O manifesto consistia em uma Europa unida e principalmente para evitar uma possível Segunda Guerra Mundial. Tem como principal personagem o conde austríaco Richard Nikolaus Coudenhove-Kalergi (1874-1972) iniciador do movimento, hoje lembrado como um dos precursores da moderna União Europeia.

Conforme Kunzler (2002, p. 132):

A primeira demonstração em torno da união europeia, para que a paz se estabeleça entre os povos, ocorreu após a I Guerra Mundial, através do manifesto pan-europeu, aprovado em Viena, em 1924. Os países europeus comprometeram-se para estabelecer uma aliança duradoura entre eles.

Porém o movimento perdeu força por volta de 1933, quando Adolf Hitler com seus novos ideais dissolveu a União Pan-Europeia.

3.2. UNIÃO EUROPÉIA E A CRISE DE 1929

Em 1929, o primeiro ministro francês Aristide Briand, pronunciou um discurso diante da assembléia da Sociedade das Nações, onde defendia a idéia de uma federação das nações, que idealizava a prosperidade econômica e cooperação política e social, este discurso foi acolhido por vários economistas principalmente britânicos, entre eles John Maynard Keynes.

Conforme Amaral Jr. e Ratton (2002, p. 12):

Em 1929, Aristide Briand, ministro das relações exteriores da França que já gozava de um grande prestígio internacional pela elaboração do Pacto de Paris (1928) e que condenava a guerra como instrumento de política nacional – pronuncia na tribuna da Sociedade das Nações um discurso entusiasta em que propunha a criação de uma federação européia com a finalidade de ampliar as relações políticas e econômicas intra-européias, sem macular a soberania dos estados envolvidos.

Foi proposto ao primeiro ministro então que apresentasse um memorando com um projeto concreto. Assim sendo, em 1930 foi apresentado o “Memorando sobre a organização de um sistema de União Federal Européia”. Porém a crise de 1929 afetou vários países, diante deste cenário prevaleceu a política nacionalista, acabando com o ideal de cooperação internacional que era defendido, os que eram a favor da federação da Europa ficaram em minoria e diante disso se virão diante de mais um episódio catastrófico.

Em relação as conseqüências da crise Amaral Jr. e Ratton (2002, p. 12) diz:

Não obstante o interesse inicial manifesto pela maioria dos países europeus que então participavam da Liga das Nações, a crise de 1929, decorrência do crack da Bolsa de Nova York, levou ao “isolacionismo” e a um nacionalismo exacerbado, tanto no continente americano quanto no europeu. A crise econômica, ao invés de unir esforços colaboracionistas europeus com vistas a equacionar os problemas gerados, acabou por dividir ainda mais os europeus. O nacionalismo econômico, pelo qual cada Estado procurava resolver de forma autárquica os problemas decorrentes da grave crise econômica, levou ao isolamento e ao autoritarismo político – sob o emblema do nazi-fascismo – e ao conseqüente abandono do projeto de uma Europa forte reconstruída pelo esforço comum. Em 1932, num cenário de forte viés nacionalista, a Comissão instituída pela Liga das Nações para estudar o assunto acabou por cessar seus trabalhos, com a morte de Briand.

Sobre o episódio Kunzler (2002, p. 132) também diz:

Em 1929, a França propõe a criação da União Federal da Europa, mas o ressurgimento do nacionalismo, com os estados voltados para os seus problemas, originados pela maior crise econômica mundial (1929-1932), abandonaram o ideal de união e solidariedade. Como conseqüência, em 1939 tem início a II Guerra Mundial que, no começo, foi denominada de Guerra Européia, tomando o nome de Mundial depois da declaração de guerra do Japão, em 1941.

3.3. SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

A Segunda Guerra Mundial deixou a Europa em uma situação de extrema destruição, seja pelas cidades arrasadas, pelos campos agrícolas destruídos ou pelas 60 milhões de vidas perdidas em tal batalha. Tanto os países derrotados quanto os países que saíram vitoriosos se encontravam em uma situação de extrema destruição.

Perante a realidade em que se encontravam a união era a melhor forma de manter a paz e reerguer a economia das nações, além disso os países precisavam conquistar certa autonomia em um mundo polarizado na época por Estados Unidos e União Soviética, dois países vencedores que conquistaram certa hegemonia no período.

Sobre a Segunda Guerra Mundial Gonçalves et al. (1998, p. 55) diz:

Ao fim da segunda guerra mundial, o grande desafio a ser enfrentado pelos países ocidentais vencedores era a construção simultânea de uma paz duradoura e um novo modelo de sociedade capitalista. Esperava-se que essa nova institucionalidade não produzisse uma instabilidade política e econômica que levasse ao avanço do socialismo, então enormemente fortalecido. Para alcançar esses objetivos era preciso construir uma ordem econômica internacional que estabelecesse regras sob as quais as forças de mercado pudessem atuar, permitindo a previsibilidade das estratégias de investimentos empresariais. Por outro lado, era necessário estabelecer salvaguardas para evitar que os países europeus mais afetados pudessem ser levados a crise ou a estagnação econômica que colocariam em risco a estabilidade dos países de influência ocidental.

3.4. BENELUX

Logo após o ano de 1945 houve a primeira movimentação em relação a parcerias comerciais, ocorreu entre Bélgica, Holanda e Luxemburgo, mais conhecido como Benelux, foi o primeiro passo para a gradativa abertura do comercio europeu.

3.5. COMUNIDADE EUROPEIA DO CARVÃO E DO AÇO - CECA

Por volta de 1950 outra idéia vem a tona, pelo ministro das relações exteriores da França, onde é proposto a criação de uma comunidade de controle em relação a recursos franceses e alemães sobre o aço e o carvão.

Após a assinatura do tratado de Paris em 1951, é criada a Comunidade Européia do Carvão e do Aço, entrou em vigor em 1952 com a adesão da França, Alemanha Ocidental, Bélgica, Holanda e Luxemburgo.

Assim países que lutavam de lados opostos durante a II Guerra uniam suas economias setoriais formando uma integração econômica denominada CECA.

Sobre a organização da CECA Kunzler (2002, p. 133) diz:

Sua organização era conduzida por um organismo supranacional. Os países-membros comprometiam-se a permitir a livre circulação de carvão, aço, mineral de ferro, fundição e outros; e abolir os direitos aduaneiros, suprimir as restrições quantitativas, praticar uma política de preços com dupla tarifa discriminatória entre o Mercado dos Seis com outros países, harmonizar as condições do transporte dos produtos, objeto do Tratado, e implantar os meios que ajudassem a facilitar a livre concorrência.

3.6. COMUNIDADE ECONÔMICA EUROPEIA (CEE) E COMUNIDADE ECONÔMICA EUROPEIA DE ENERGIA ÂTOMICA (CEEA)

A união setorial promovida pela CECA é ampliada no decorrer dos anos e outros países se tornam membros, na cidade de Roma em 1957 são assinados mais dois tratados, um trata da criação da CEE (Comunidade Econômica Europeia) conhecido também por Tratado de Roma e o outro da criação da CEEA (Comunidade Econômica Europeia de Energia Atômica).

A CEEA tratava da utilização da energia nuclear para fins pacíficos, já a CEE estava ligada a criação de uma política econômica comum, que permitisse a expansão contínua, maior estabilidade e melhor nível de vida para a população.

Com o andamento do projeto de integração outros países se interessaram em fazer parte, durante os anos, vários países foram se juntando a CEE aumentando assim o número de países participantes no tratado. Em 1972, Reino Unido, Dinamarca e Irlanda se integraram a comunidade, outros seguiram o mesmo caminho como Grécia em 1982 e Portugal e Espanha em 1986.

Logo dois seis países que formavam a CECA, no momento doze participavam da CEE.

3.7. O TRATADO DE ROMA

A base jurídica da política monetária da CEE foi estabelecida no Tratado de Roma, o qual indica que o objetivo da CEE é a formação de um mercado comum, aproximando gradualmente as políticas econômicas dos países integrantes, uma expansão econômica contínua e equilibrada e aumento do grau de estabilidade (Kunzler, 2002, p.133-134).

3.8. TRATADO DE MAASTRICHT

Ao atingir seu principal objetivo, a criação de um Mercado Comum, o tratado de Roma sofre uma revisão, com o objetivo de evoluir e atingir o próximo degrau rumo a integração, está próxima etapa seria a união econômica e monetária (UEM), logo um novo tratado entra em vigor em 1993, o Tratado da União Europeia ou Tratado de Maastricht, que tem como principal objetivo implantar uma única moeda, substituindo assim as moedas nacionais.

É neste momento que surge a União Europeia o Bloco Econômico mais antigo e mais evoluído nos dias atuais.

Durante a evolução do bloco no continente Europeu também podemos ver a intenção de criação de outros blocos, como em 1969 quando foi celebrado o Pacto Andino formado por Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela, em 1991 foi criado o Mercosul (Mercado Comum do Sul) formado por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, em 1993 há o surgimento da APEC (Associação de Cooperação da Ásia e do Pacífico) e em 1994 o acordo entre os países da América do Norte conhecido como NAFTA (Acordo de Livre Comercio da América do Norte).

3.9. A IMPLEMENTAÇÃO DA MOEDA ÚNICA

Logo no início dos primeiros agrupamentos da União Europeia a intenção de se criar uma moeda única dentro do bloco já fazia parte de algumas mentes, porém ninguém ousou proferir alguma palavra no momento.

Como a história nos mostra sempre após algum acontecimento se tomam iniciativas corretivas ou de precaução devido a certos abalos que vêm a interferir na economia ou em outros aspectos dos países. Na União Europeia um acontecimento fez com que fosse colocada em pauta a tentativa de criação de uma moeda única entre os países membros. Por volta de 1960 países como França e Alemanha passaram por uma turbulência financeira devido ao endividamento americano, neste momento a comunidade sentiu a necessidade de discutir a questão da criação de uma moeda única.

Com a necessidade de uma tomada de decisão sobre a questão monetária o Conselho Europeu encarrega o primeiro ministro de Luxemburgo, Pierre Werner de apresentar um relatório sobre a concretização da União Econômica e Monetária. Este plano previa uma União Econômica e Monetária que evoluiria durante 10 anos, a proposta seria de liberar totalmente os movimentos de capitais, a adoção de paridades irrevogáveis entre as moedas e por último a substituição das moedas nacionais por uma única moeda.

O plano de Werner até então tinha grandes possibilidades de sucesso, porém uma decisão do presidente americano Richard Nixon em 1971, onde suspendia a convertibilidade do dólar em ouro abalou o plano de Werner que acabou sendo deixado de lado.

Durante o processo de criação do plano de União Econômica Monetária da União Europeia criaram-se vários mecanismos para controle de câmbio, a fim de manter a paridade entre as moedas, um deles foi o chamado “serpente monetária no túnel”, onde previa a flutuação concertada das moedas em relação ao dólar. Este foi outro momento que as coisas não deram muito certo, pois a crise petrolífera da época atingiu várias economias. Assim o sucesso do plano foi comprometido outra vez.

Em 1979, a comunidade cria o Sistema Monetário Europeu que agruparia as moedas dos Estados Membros, a criação deste sistema era de ordem cambial, esperava-se a indução dos países participantes a uma primeira convergência das taxas de inflação.

O ano chave para a União Econômica e Monetária é o ano de 1989, ano em que ocorre a queda do muro de Berlim. No início da integração dos países no continente europeu uma das principais questões que deveriam ser resolvidas era a da paz no continente, neste momento a Europa vive uma realidade que a muito procurava, tendo da Alemanha ao Oeste da Europa a possibilidade de se fortalecer e criar então um ambiente pacífico no continente.

Logo após a queda do muro, o conselho europeu adota o plano Delors que prevê a concretização da União Econômica e Monetária.

O plano Delors teve seu início em julho de 1990 com a liberalização dos movimentos de capitais no âmbito da comunidade e também com o reforço da coordenação das políticas econômicas européias entre os países membros. Algum tempo depois por volta do ano de 1994 é iniciada segunda fase do plano quando é criado o Instituto Monetário Europeu estabelecido na Alemanha, mais precisamente na cidade de Frankfurt, neste momento há um grande esforço envolvendo os países pertencentes ao bloco, onde cada país tenta de qualquer maneira se policiar financeiramente a fim de fazerem parte da primeira vaga do Euro.

Em 1995 o Euro é escolhido como nome oficial da moeda única européia, neste período também é formulado o calendário detalhado da sua entrada em vigor, além de estabelecer uma data limite para que a moeda tivesse sua circulação liberada.

O caminho até chegar na implantação de uma moeda única no âmbito da comunidade européia foi de grande incerteza em alguns momentos, devido a fatos que de certa forma afetavam o sucesso de planos e ações colocados em prática, com objetivos de ordem cambial e de paridades entre as moedas dos países membros do bloco. Dentre esses momentos se encontram as turbulências no continente americano e também a crise do petróleo nos anos 70.

Um marco que sempre deve ser lembrado como fator decisivo é a unificação do território alemão que por sua vez culminou em uma Europa mais unida e fortificada.

Outro fato relevante é a determinação dos membros que compõe a comunidade, este foi sem dúvida alguma, o fator determinante para que tal processo culminasse no mais expressivo passo dado pela comunidade européia.

A implantação do Euro na comunidade européia não foi apenas de ordem financeira, é considerada uma medida de ordem política, pois o Euro possui uma função estratégica de evolução no continente europeu. Além disso com a implementação de uma moeda única vinha também com uma oportunidade de defender a estabilidade dos preços, permitindo assim uma promoção para o crescimento econômico e de maior bem-estar para a população, em níveis de consumo e maiores perspectivas de emprego.

4. TRATADOS DA UNIÃO EUROPÉIA

Cada progresso envolvendo o ambiente interno da comunidade europeia é normalmente acompanhado de novos tratados e novas normas que regulam econômica e politicamente os deveres dos países-membros em relação ao que foi disposto no novo acordo. Isso muito tem a ver com a evolução no ambiente interno da comunidade, em relação aos cidadãos principalmente. Teoricamente falando um tratado em relação a União Europeia se caracteriza por:

Um tratado é um acordo vinculativo entre a UE e os seus países membros. Nele estão consagrados os objetivos da UE, as regras por que se regem as instituições da UE, o processo de tomada de decisões e a relação entre a UE e os seus países membros. Os tratados são por vezes alterados para tornar a UE mais eficaz e transparente, para preparar a UE para a adesão de novos países e para introduzir novas áreas de cooperação como no caso da moeda única.

http://europa.eu/about-eu/basic-information/decision-making/treaties/index_pt.htm, acessado em 21/05/2011.

Durante toda a historia da União Européia vários tratados foram assinados, cada um com sua importância, porém alguns deles se tornam mais relevantes por tratarem de temas mais abrangentes ou de maior impacto perante a ordem mundial.

Neste capítulo será exposto as origens e os objetivos de cada tratado celebrado entre os países que compõe a União Européia, desde o tratado que institui a CECA (Comunidade Européia do Carvão e Aço) celebrado em 1951 até o Tratado de Nice celebrado em 2001.

4.1. TRATADO CECA (COMUNIDADE EUROPÉIA DE CARVÃO E AÇO)

O Tratado que estabelece a CECA em 1951 e entrou em vigor em 24 de julho de 1952, tem como características principais a cooperação entre França e Alemanha

estabelecendo normas em relação ao comércio de carvão e aço na região, matérias primas primordiais nas indústrias da época. Junto com os dois países também ingressarão no acordo de cooperação os países do Benelux (Bélgica, Holanda e Luxemburgo), o tratado era de ordem econômica e também política.

Em relação aos aspectos políticos é de suma importância lembrar o passado recente em que os estados membros estavam inseridos, tal acordo também tinha como objetivo extinguir qualquer resquício do ambiente de guerra.

Economicamente o tratado estabelecia que as mercadorias (Carvão e Aço) tivessem livre circulação entre os países, sendo que nenhum encargo deveria ser cobrado em relação a cargas tributárias e aduaneiras.

Tais medidas foram tomadas esperando que a economia dos países envolvidos se reerguessem, progredindo e afetando positivamente a população, gerando mais empregos, melhores condições de trabalho e maior bem-estar.

O Tratado que estabeleceu a CECA foi assinado e teve como prazo de vigência cinquenta anos após sua entrada em vigor, logo em 23 de julho de 2002 o tratado caducou.

4.2. TRATADO DE ROMA

Na cidade de Roma em 1957, foram assinados os famosos “Tratados de Roma”. Estes tratados foram estabelecidos com a ideia de se criar um Mercado Comum generalizado e de criar uma comunidade de energia atômica. Assim foram nele instituídos a CEE (Comunidade Econômica Européia) e a Euratom (Comunidade Européia de Energia Atômica).

4.2.1. Instituição da CEE (Comunidade Econômica Européia)

Em relação ao estabelecimento da CEE podemos dizer que a criação de um Mercado Comum, uma União Aduaneira e de uma Política Comum eram a base do tratado.

Dentre os objetivos que envolviam o tratado da CEE, vale relatar que buscavam consolidar os aspectos de trocas comerciais e também da produção no âmbito da comunidade, além de, construir uma Europa politicamente funcional e dar um passo para a uma unificação mais expandida no continente europeu.

O tratado que estabelece a CEE é considerado um importante passo dado pela comunidade, principalmente pela intenção de se formar um Mercado Comum entre os países, fato é que tal passo é de extrema complexidade, pois envolve várias situações adversas principalmente em relação à soberania de cada estado-membro. Neste ponto vale lembrar que o Mercado Comum envolve as “4 liberdades” que são: a livre circulação de pessoas, dos serviços, das mercadorias e dos capitais.

Além das medidas econômicas estão as medidas políticas, que se baseavam em diversos fatores, como:

- Garantir o progresso econômico e social dos estados, eliminando as barreiras que dividem a Europa;
- Melhoria constante das condições de vida e trabalho dos cidadãos;
- Equilíbrio em relação as trocas comerciais e lealdade na concorrência;
- Redução das desigualdades entre as diversas regiões;
- Defesa da paz e da liberdade.

4.2.2. Instituição da Euratom (Comunidade Européia de Energia Atômica)

A Comunidade Européia de Energia Atômica foi criada para suprir as necessidades energéticas contidas nos anos 50, tal comunidade não foi fundida com a união, assim ela constitui uma comunidade jurídica distinta. Além disso, toda a comunidade se beneficiaria da energia gerada, o que proporcionou elevar o nível de segurança, assim foi disposto com clareza que tal energia jamais seria usada para fins militares e sim para fins civis.

Nos preâmbulos da comunidade encontramos algumas questões que foram avaliadas como condições necessárias para sua criação. Dentre as condições encontramos as seguintes:

- Consciência de que a energia nuclear asseguraria o desenvolvimento e permitiria o progresso da causa da paz;
- Seria possível desenvolver uma poderosa indústria nuclear;
- Desenvolvimento de tecnologias que contribuiriam para evolução da comunidade;
- Estabelecimento de segurança em relação a vida e saúde da população.

O tratado de constitui a comunidade de energia atômica só é aplicada a certas entidades como Estados-Membros, pessoas singulares e instituições de direito público ou privado.

O tratado que regula o uso da energia nuclear nos mostra que é possível tratar de um assunto que causa espanto em muitos governos atualmente com clareza é que pode sim ser utilizada para fins civis e pacíficos.

4.3. ATO ÚNICO EUROPEU

O AUE (Ato Único Europeu) foi assinado em 17 de fevereiro de 1986 em Luxemburgo, tal tratado tinha como base a alteração do tratado da CEE, com o objetivo de relançar o processo de construção Europeia e concluir o mercado interno.

Até então se tratava de um objetivo difícil o de tomadas de decisão no âmbito da comunidade europeia, pois foi estabelecido em tratados anteriores que qualquer que fosse a tomada de decisão deveria ser aprovada por unanimidade entre os Estados-Membros.

Este foi um ponto de grande importância, o novo tratado aumentava o número de casos que o conselho poderia deliberar pela maioria e não mais pela unanimidade.

Logo os objetivos do tratado se baseavam em dois pontos:

- Melhorar a situação econômica e social, pelas políticas comuns e por novos objetivos;
- Melhorar o funcionamento das comunidades.

Foi neste ponto da história da União Europeia que é instituído o Conselho Europeu, porém sem que ficassem claras quais são suas competências diante da comunidade.

4.4. TRATADO DE MAASTRICHT

O tratado de Maastricht assinado em 7 de fevereiro de 1992, vem para dar nome para ao que hoje conhecemos como União Europeia.

Nele foram estabelecidos que a União Europeia seria formada por três pilares, sendo eles: Comunidades Europeias; Política externa e segurança comum e a Cooperação policial e judiciária em matéria penal.

Neste tratado foram instituídas políticas comunitárias que na época eram tidas como deficiências do sistema e que com sua implantação um passo a mais seria dado em relação a evolução da comunidade como um todo.

Dentre as políticas comunitárias destacam-se: Redes transeuropeias, Política industrial e Educação e Formação profissional.

O tratado também abrange uma das maiores conquistas da Comunidade, pois nele é estabelecida a instauração de uma União Econômica e Monetária.

Esta instauração é estruturada em três etapas consecutivas, sendo elas:

- Livre circulação de capitais;
- Convergência das políticas econômicas dos Estados Membros;
- Criação de uma moeda única e o seu estabelecimento de um Banco Central Europeu.

Sem dúvida alguma o tratado de Maastricht representa as grandes mudanças atuais na União Europeia, além de todas as instaurações e mudanças em relação ao estágio em que se encontrava a comunidade o tratado ainda regula a cidadania das pessoas, criando a Cidadania Europeia paralelamente a Cidadania Nacional de cada pessoa.

4.5. TRATADO DE AMSTERDÃ

O tratado de Amsterdã assinado em 2 de outubro de 1997, como os outros também tinha um caráter de revisão em relação as questões que mereciam ser analisadas.

Porém os objetivos do tratado visavam problemas mais atuais, em relação a sociedade em geral. As preocupações nele contidas abrangem temas como a globalização da economia e o impacto futuro em relação ao nível de emprego. Outras questões que não faziam parte dos tratados anteriores, agora tomavam mais ênfase, como o combate ao terrorismo e ao tráfico de drogas, além de questões de desequilíbrio ambiental e suas ameaças à sociedade.

4.6. TRATADO DE NICE

O tratado de Nice assinado em 26 de fevereiro de 2001, tinha como objetivo claro discutir algumas questões sobre a estrutura política e principalmente sobre o alargamento da União Europeia.

Como foi dito no início do capítulo os tratados assinados durante a evolução da União Europeia é visto sempre como um desejo de evoluir a comunidade a níveis mais avançados, cada um deles trata de um respectivo problema, persistindo sempre será revisado na próxima oportunidade.

Além disso fica claro que a evolução da sociedade afeta os tratados e as decisões tomadas pelo Conselho Europeu, no Tratado de Nice como foi dito, questões como

os impactos ecológicos e problemas com terrorismo foram discutidos, deixando claro que sempre que há um problema a comunidade se reúne e discute sobre as decisões que devem ser tomadas sobre o tema.

5. A UNIÃO EUROPÉIA E SUAS RELAÇÕES COM O MERCOSUL

Neste último capítulo serão abordadas as relações que envolvem o bloco econômico da América do Sul (Mercosul) e da Europa (União Europeia). Veremos quão profundas são suas relações e como se caracterizam.

Porém antes de citar as relações entre os dois blocos, vamos falar sobre a evolução do Mercosul, desde a ALALC que teve seu surgimento em 1960 até o Mercosul que foi criado em 1991. Basicamente a intenção é mostrar quais foram os objetivos traçados quando da intenção de se formar alianças por meio de blocos econômicos na América do Sul e quais foram os obstáculos que fizeram com que algumas dessas alianças fracassassem.

5.1. ALALC (ASSOCIAÇÃO LATINO AMERICANA DE LIVRE COMÉRCIO)

Várias foram as discussões até chegarmos ao Mercado Comum do Sul (Mercosul), porém vamos priorizar do período pós guerra em diante onde a integração de países em busca de um bem em comum foi a ferramenta utilizada por várias nações . No caso da América do Sul o surgimento da ALALC (Associação Latino-Americana de Livre Comércio) em 18 de fevereiro de 1960 foi uma tentativa de diversificar a estrutura industrial dos países. Esta associação era composta por Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.

Sobre a criação da ALALC Machado (2000, p. 60) diz:

A opção das economias periféricas pela industrialização decorria da constatação de que a especialização na produção primária gera sempre níveis de renda e emprego inferiores aos obtidos se a opção pela industrialização fosse feita.

Além disso, tinha como objetivo instaurar uma área de livre comércio no prazo de 12 anos, além de outros como aumentar o comércio entre os países da região, eliminando barreiras alfandegárias e assim facilitando a entrada de mercadorias em outros territórios.

Segundo Lupi (2001, p. 203) os principais objetivos da ALALC eram os seguintes:

A ALALC tinha como principais objetivos: aumentar os mercados regionais e alargar os nacionais, através da eliminação das barreiras; propiciar o melhor aproveitamento dos fatores de produção disponíveis; incrementar o comércio entre os países membros; buscar fórmulas de adaptação do comércio.

O grupo formado encontrou diversos problemas seja por falta de experiência ou por falta de flexibilidade por parte de alguns governos, logo a ALALC fracassou, alguns apontam que os mecanismos de negociação foram falhos e a instabilidade política da região não ajudou no processo de integração.

Segundo Machado (2000, p. 60) o fracasso da ALALC se deu por causa dos seguintes fatos:

... os países da América Latina implementaram estratégias de industrialização autárquicas. A “produção doméstica a qualquer custo” baseava-se no uso intensivo de políticas de promoção industrial, amparada por níveis elevados de proteção, que praticamente impediam a entrada de produtos importados que pudessem concorrer com a oferta local.

Logo vemos que o governo de alguns países contribuíram para o fracasso da criação futura de uma área de livre comércio, impondo medidas protecionistas e assim afetando a economia nacional.

5.2. ALADI (ASSOCIAÇÃO LATINO AMERICANA DE INTEGRAÇÃO)

Depois de fracassada a tentativa anterior de se formar uma Zona de Livre Comércio, as nações envolvidas formaram em 12 de agosto de 1980 a ALADI (Associação Latino Americana de Integração). Com a experiência vivida em relação ao tratado anterior foi decidido que os objetivos do novo tratado iram ser limitados e bem definidos além de estabelecer um cenário futuro com suposto realismo e flexibilidade para que o mesmo fosse um passo de sucesso em relação ao comércio dos países envolvidos.

Em relação à flexibilidade do novo tratado, Machado (2000, p. 61 e 62) diz:

Confere aos Estados membros ampla liberdade na formulação de suas políticas comerciais e maior flexibilidade para a celebração de acordos bilaterais ou entre grupos de países, em detrimento da definição de regras rígidas para o uso de mecanismos multilaterais, cuja a aplicação no âmbito da extinta ALALC havia apresentado resultados pouco satisfatórios em relação ao objetivo de longo prazo de estabelecimento de um mercado latino americano integrado.

Logo os problemas enfrentados pela ALALC foram razoavelmente contornados pela nova estrutura flexível, porém a dívida externa das maiores economias do grupo (Brasil, México e Argentina) ainda eram altas e isso contribuiu para que o novo acordo viesse a fracassar.

Segundo Machado (2000, p. 63) o fracasso da ALADI se deu pelo seguinte:

O crescente endividamento externo dos países da América Latina, a alta de juros e a retratação do mercado internacional de crédito – que seriam os principais ingredientes das crises de balanço de pagamentos do início dos anos 80 – produziram, no âmbito das relações comerciais entre os países da ALADI, uma escalada protecionista. Como cada país passou isoladamente a empregar um conjunto cada vez mais amplo de mecanismos de controle das importações, sem discriminar as compras realizadas na região daquelas provenientes do resto do mundo, o impacto de tais políticas sobre o comércio intra-regional foi considerado ineficaz e contraproducente em termos do ajuste do balanço de pagamentos, uma vez

que a redução de importações de cada país foi acompanhada de uma redução proporcional do intercâmbio comercial entre os países da região.

5.3. MERCOSUL (MERCADO COMUM DO SUL)

O Mercosul surgiu em Assunção capital do Paraguai em 26 de março de 1991, o tratado foi assinado inicialmente por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai e foi denominado de Tratado de Assunção.

Dentre os objetivos propostos no tratado, o de aumentar a envergadura dos mercados nacionais era um dos mais importantes.

Sobre a formação e os objetivos do Mercosul, Machado (2000, p. 68) diz:

O principal objetivo almejado era a ampliação das dimensões dos mercados nacionais, como condição fundamental para acelerar o processo de desenvolvimento com a justiça social na região. Tendo em conta a importância de lograr uma adequada inserção internacional para os países, num contexto marcado pela consolidação de grandes espaços econômicos, tal objetivo seria alcançado mediante o aproveitamento mais eficaz dos recursos disponíveis, a preservação do meio ambiente, o melhoramento das interconexões físicas, a coordenação de políticas macroeconômicas e a complementação dos diferentes setores da economia, com base nos princípios de gradualidade, flexibilidade e equilíbrio.

Ainda sobre os objetivos fixados pelo Mercosul, Kunzler (2000, p. 100 e 101) os detalha da seguinte maneira:

- Livre circulação dos bens, serviços e fatores produtivos entre os Estados membros, através, por exemplo, da eliminação dos direitos alfandegários e restrições não-tarifárias à circulação de mercadorias, além de outras medidas de efeito semelhante.
- Estabelecimento de uma tarifa externa comum (TEC) e adoção de uma política comercial comum em relação a terceiros países; e coordenação de posições em foros econômicos-comerciais regionais e internacionais.
- Coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais, entre os Estados membros, nas áreas de comércio exterior, agrícola, industrial, fiscal, monetária, cambial e de capitais, de serviços, alfandegárias, de transporte e comunicações, e outras que se acordem, a fim de assegurar condições adequadas de concorrência;

- Comprometimento dos Estados membros em harmonizar suas legislações, nas áreas pertinentes, para lograr o fortalecimento do processo de integração;
- Reciprocidade de direitos e obrigações entre os Estados membros;
- Condições Equitativas de comércio com terceiros países, através de normas comuns sobre a concorrência comercial;
- Igualdade de tratamento em impostos, taxas e outros gravames internos, para produtos originários de outro Estado membro.

Dentre outros objetivos Lupi (2001, p. 205) fala qual é o maior objetivo do Tratado de Assunção:

O maior objetivo do TA (Tratado de Assunção) é promover a maior inserção dos países do bloco na economia mundial, através da complementarização e abertura de suas economias. Regem este tratado os princípios da flexibilidade, gradualidade e equilíbrio dos benefícios concedidos.

Após certo período da assinatura do tratado de Assunção é estabelecido o Protocolo de Ouro Preto, marco importante na história do Mercosul pois é neste ponto que acontece a institucionalização do bloco, com a constituição de sua personalidade jurídica de direito Internacional.

Além da institucionalização outro fato importante acontece no período, a adoção de tarifa comum que evoluiria gradativamente, assim tomando proporções maiores que as anteriores, pois é um passo além da zona de livre comércio, tendo em vista que esta visa apenas a livre circulação de mercadorias.

Já o estágio de mercado comum só será alcançado quando forem atingidas as cinco liberdades que constam no Tratado de Assunção, são elas:

- Livre circulação de Mercadorias;
- Liberdade de Estabelecimento;
- Liberdade de Circulação de Trabalhadores;
- Liberdade de Circulação de Capitais;

- Liberdade de Concorrência.

Outro fato importante em relação ao Mercosul e que deve ser mencionado é sobre a adesão de novos membros, discutida periodicamente nas mídias do país, principalmente em relação a entrada da Venezuela no bloco sul-americano.

Em um ponto no Tratado de Assunção é estabelecido que outros países podem aderir ao tratado através de negociações e por decisão unânime dos membros integrantes do Tratado de Assunção, logo o caso da Venezuela está relacionado com a decisão dos países membros.

5.4. AS RELAÇÕES E OS PROBLEMAS ENTRE A UNIÃO EUROPEIA E O MERCOSUL

A América do Sul está diretamente ligada aos europeus desde que foi colonizada pelos países do velho continente, Holanda, Espanha e Portugal deixaram suas marcas na cultura e nos costumes do nosso continente. Hoje a Europa é o maior e mais tradicional parceiro do Brasil e do Mercosul em termos de comércio.

No entanto como bloco econômico as relações se iniciaram por volta de 1957 quando da criação da CEE, neste período existe uma tentativa por parte do Brasil em estabelecer vínculos comerciais com os europeus. Porém no momento nada se concretizou, tendo em vista que vários países tinham a intenção de estabelecer relações comerciais com a CEE, logo os europeus optaram por não formalizar nenhum tipo de acordo com nenhum país naquele momento, pois assim eliminavam a possibilidade de criar certa inimizade com outras nações não favorecidas por acordos comerciais.

Sobre os primeiros acordos envolvendo Brasil e a CEE Amaral Jr. e Ratton (2002, p. 144) confirmam o ponto inicial das relações, “As relações do Brasil com a Europa enquanto bloco econômico e processo de integração existem praticamente desde o começo da Comunidade Econômica Europeia...”.

Ainda sobre este ponto existe certo receio por parte do Brasil na formação da comunidade, tendo em vista que poderiam ocorrer certas medidas protecionistas no âmbito da CEE, Amaral Jr. e Ratton (2002, p. 148) dizem:

Na verdade, a percepção brasileira da criação da CEE, desde a entrada em vigor do Tratado em 1958, foi de preocupação. A percepção de que junto da CEE vinha determinada uma Política Agrícola Comum que implicava um protecionismo agrícola que prejudicava diretamente a maior parte das exportações do Brasil gerou insatisfação e repúdio por parte da diplomacia brasileira.

Em relação mais precisamente ao Mercosul, é formalizado em 1995 o primeiro acordo envolvendo os dois sistemas de integração. O Acordo-Macro Inter-Regional de Cooperação, neste acordo fica clara a intenção por parte do Mercosul de aproveitar a experiência da integração europeia através de um apoio institucional.

O acordo contém um cronograma de intenções por parte do Mercosul como por exemplo o de se criar uma área de livre comércio até o ano de 2005. Um ponto importante no acordo e que vale ser ressaltado é que o mesmo prevê reforçar as relações entre o Mercosul e a UE visando criar condições políticas para uma Associação Inter-Regional comercial, econômica e de cooperação para a integração.

Em relação a cooperação econômica o acordo prevê um amplo aspecto de objetivos onde está inserido a diversificação dos vínculos econômicos, reforço da competitividade internacional e desenvolvimento tecnológico e científico.

As relações entre os dois países se intensificam em alguns momentos e em outros se apresentam mais amenas, durante algum tempo depois de formalizarem o Acordo Inter-Regional a UE se mostrou pouco interessada nas relações com o Mercosul deixando de lado as possíveis negociações em relação a criação de uma área de livre comércio.

Depois de algum tempo sem negociações que podem ser caracterizadas como impactantes, a UE em 2004 apresentou um documento que surpreendeu os países do Mercosul, nele era apresentado uma proposta de criação gradual de uma área de

livre comércio, basicamente o proposto seria uma cobertura de 90% de bens, sendo que os mesmos seriam divididos em cinco categorias (as categorias de produtos estão relacionadas com a classificação de cada uma, por exemplo na categoria A seriam os produtos da área agrícola, na B produtos eletrônicos, enfim cada categoria englobaria os produtos de cada setor), onde seriam liberados linearmente durante zero, quatro, sete e dez anos.

Assim o Mercosul elaborou uma proposta contendo um cronograma que mostrava quais seriam os períodos para que os produtos atingissem a zona de livre comércio e ainda os bens com preferência fixa os quais nunca atingiriam a zona de livre comércio, porém também tinham certa porcentagem em relação as tarifas comerciais. A tabela 1 e 2 exibidas na próxima página ilustram bem a intenção do Mercosul e faz entender melhor a forma de negociação do comércio internacional em relação a formação de áreas de livre comércio.

Calendário de reduções tarifárias proposto pelo Mercosul, por categoria de produtos (%)											
Categoria/ ano	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	100										
B	50	50	100								
C	11	22	33	44	55	66	77	88	100		
D	0	10	15	25	30	40	50	60	70	85	100
E	0	0	10	15	25	35	45	55	70	85	100
Preferência fixa	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20

Tabela 1 – Calendário de reduções proposto pelo Mercosul, por categoria de produtos

Fonte: modificada de <http://www.anpec.org.br/encontro2004/artigos/A04A082.pdf> acessado em 20/05/2011.

No. de produtos, por categoria de produtos	
Categoria	nº produtos
A	657
B	1801
C	1433
D	175
E	2905
Preferência fixa	79
Total	7050

Tabela 2 – Quantidade de produtos por categoria

Fonte: modificada de <http://www.anpec.org.br/encontro2004/artigos/A04A082.pdf>, acessado em 20/05/2011.

As tabelas mostram como são feitas as propostas de comercialização entre os dois blocos e como a liberação dos produtos é feita durante o período fixado.

O que se pode dizer em relação as negociações entre o Mercosul e a UE é que existe um histórico de frustrações por parte do Mercosul em estabelecer um compromisso de comercialização, as principais causas são sobre a agricultura e a redução das medidas não tarifárias, estas presentes nas rodadas de negociações realizadas pela OMC (Organização Mundial do Comercio), onde a liberação insuficiente por parte da UE em relação ao setor da agroindústria inviabiliza a intensificação das relações comerciais.

Na verdade este problema envolvendo países em desenvolvimento e países desenvolvidos acontece na maioria dos casos. Os países desenvolvidos oferecem subsídios para os produtores internos prejudicando assim a exportação de países em desenvolvimento que em sua maioria exportam produtos primários. Em relação a este problema Kunzler (2002, p. 178) diz:

Os países desenvolvidos elaboram uma série de argumentos, alguns baseados em razões de segurança, para defender o elevado grau de subsídios agrícolas. Dessa forma, o mercado mundial de produtos agrícolas fica com seus preços extremamente distorcidos, quer pelo excesso de produção, quer pelo volume de subsídios, prejudicando o conjunto de países em desenvolvimento que competem nos mercados internacionais – em particular os do Mercosul – que têm reafirmado suas posições contrárias a adoção de políticas protecionistas.,

Diante de tal situação vemos que as relações que envolvem os dois sistemas de integração já existem há algum tempo, porém os países do Mercosul sempre levam desvantagem nas relações comerciais ao considerarmos que os subsídios oferecidos pelos países desenvolvidos no caso os da União Europeia afetam diretamente nas exportações do bloco sul-americano.

Sobre este problema Amaral Jr. e Ratton (2002, p. 144) dizem:

O Brasil e o Mercosul seguem sendo majoritariamente fornecedores de produtos primários que em boa parte também sofrem duramente com medidas tarifárias e não-tarifárias adotadas pelos europeus. Se a propensão por um diálogo franco e cooperativo sempre existiu, os resultados da cooperação deixam a desejar.

Diante da análise dos fatos levantados chegamos ao ponto em que se pode afirmar que o Mercosul é um dos grandes fornecedores no mercado europeu, porém sofre com duras medidas tarifárias que impedem que a negociação seja benéfica para ambos os lados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o término do trabalho chegamos a conclusão de que o processo de integração é uma forma de aumentar o volume de mercado dos países que compõe o acordo, além disso abre novas fronteiras para a entrada de novas tecnologia e conseqüentemente investimentos de ordem financeira de acordo com o grau de desenvolvimento apresentado.

É fato que alguns acontecimentos implicam em um diálogo que por sua vez pode acarretar na formação de alianças entre países para chegarem a um resultado comum e satisfatório a todos que ingressam no acordo de cooperação. Além disso, vale ressaltar que normalmente o processo de integração tem caráter econômico, porém no caso da União Europeia além das medidas econômicas também podem ser caracterizadas como medidas políticas e sociais, que buscavam a pacificação de um continente e o bem estar da população. Durante o trabalho também foi possível observar que os acontecimentos globais afetam as decisões e a maneira que são elaborados os tratados, um bom exemplo é a constituição da União Europeia que ocorreu logo após a unificação alemã, o que possibilitou uma maior aproximação dos países.

No caso do Mercosul a conclusão que chegamos é que foi formado basicamente com o intuito de desenvolvimento da região, por meio de uma maior aproximação dos países, no caso do Mercosul ainda podemos destacar algumas vantagens na aproximação dos países como, aproximação das políticas nacionais, investimentos financeiros tendo em vista que um processo de integração tem como um dos objetivos o desenvolvimento da região e outras empresas de fora do bloco se interessariam pela oportunidade de ingressar em um novo mercado, a evolução comercial permitida pelo aumento do volume de trocas entre os países, bem estar social no sentido de ter a oportunidade de consumir e pagar preços melhores por outros produtos além dos quais o mercado interno tem oferece. Porém junto com as vantagens que um processo de integração econômica oferece também vem as

desvantagens, dentre elas uma das mais importantes e que deve ser citada neste trabalho é a volatilidade econômica que envolvem os países do Mercosul, um fato que pode contribuir bastante para a compreensão desse problema foi a crise econômica enfrentada pela Argentina alguns anos atrás, essa crise faz com que a flutuação cambial interfira no comércio e na entrada de capital estrangeiro pois acaba se transformando em uma incógnita para os países do exterior.

Já as relações entre Mercosul e União Europeia são de grande importância para a economia dos países que o compõe tendo em vista que é o maior fornecedor dos europeus. Porém esta relação não é benéfica para o Mercosul que sofre com posições protecionistas dos países desenvolvidos, deixando claro que a comercialização é importante porém pouco vantajosa para o mesmo.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Maria A. e SILVA, César Roberto L. **Economia Internacional**. São Paulo: Saraiva, 2000.

COSTA, Ligia Maura. **Comércio Exterior: Negociação e Aspectos Legais**. Rio de Janeiro: Elsevier/ Campos, 2005.

http://europa.eu/about-eu/basic-information/decision-making/treaties/index_pt.htm - acessado em 20/05/2011.

<http://jus.uol.com.br/revista/texto/3307/integracao-economica-internacional> - acessado em 17/01/2011.

<http://www.anpec.org.br/encontro2004/artigos/A04A082.pdf> - acessado em 20/05/2011.

<http://www.dw-world.de/dw/article/0,,647027,00.html> - acessado em 11/01/2011

KUNZLER, Jacob P. **Mercosul e o Comércio Exterior**, 2ª. ed. São Paulo: Aduaneiras, 2001.

LUPI, André Lipp Pinto Basto. **Soberania, OMC e Mercosul**. São Paulo: Aduaneiras, 2001.

MACHADO, João Bosco M. **Mercosul: Processo de Integração: Origem, Evolução e Crise**. São Paulo: Aduaneiras, 2000.

RATTON, Michelle e JÚNIOR, Alberto do Amaral. **União Europeia**. São Paulo: Aduaneiras, 2002.

ROCHA, Maria da Conceição Ramos. **Mercosul: Alcances da União Aduaneira no Ordenamento Jurídico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1999.